|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  **Secretaria Especial de Desestatização e Desinvestimento**  **Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais**  **CADASTRO DE ADMINISTRADOR – CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO REPRESENTANTE DOS EMPREGADOS**  Conformidade com a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Verificação dos requisitos e vedações legais e estatutários exigidos para indicação de Administrador (Conselheiro de Administração ou membro da Diretoria Executiva). | | | |
| **A. DADOS GERAIS** | | | |
| 1. Nome completo: | | | |
| 2. CPF: | 3. Data de nascimento: | | 4. Sexo: ( ) M ( ) F |
| 5. Cargo efetivo: | | | |
| 6. Função Comissionada ou Função de Confiança: | | | |
| 7. Código da Função ou GFC: | | | |
| 8. Telefone profissional: | | 9. Telefone pessoal: | |
| 10. E-mail profissional: | | | |
| 11. E-mail pessoal: | | | |
| 12. Cargo para o qual foi indicado:  ( **X** ) Conselheiro de Administração representante dos empregados ( ) Diretor | | | |
| 13. Caso tenha marcado cargo de Diretor, especifique a Diretoria: | | | |
| 14. Empresa para qual concorreu à vaga: Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro | | | |

**B. REQUISITOS - Necessidade de comprovação documental (itens 15, 17 e 19)**

|  |
| --- |
| 15. Possui formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado, contemplando curso de graduação ou de pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação? (Art. 28, inciso III e § 1º do Decreto 8.945/16.)\*  ( ) Sim ( ) Não  *\* Anexar cópia do diploma de graduação (frente e verso) e/ou cópia do certificado de pós-graduação (frente e verso) reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação* |
| 16. Qual a área de sua formação acadêmica mais aderente ao cargo para o qual foi indicado?(Art. 28, inciso III, e art. 62, § 2º, inciso I do Decreto 8.945/16)\*    *\* Formação acadêmica preferencialmente em: a) Administração ou Administração Pública; b) Ciências Atuariais; c) Ciências Econômicas; d) Comércio Internacional; e) Contabilidade ou Auditoria; f) Direito; g) Engenharia; h) Estatística; i) Finanças; j) Matemática; e k) curso aderente à área de atuação da empresa para a qual foi indicado.* |
| 17. Assinale a experiência profissional abaixo que você possui: (Art. 28, inciso IV, do Decreto 8.945/16)\*   1. ( ) 10 anos, no setor público ou privado, na área de atuação da estatal;   *Experiência na área de atuação da empresa significa o exercício de profissão/função no mesmo ramo de atividade em que se insere ou atua a empresa no mercado: setor de infraestrutura, financeiro, área de tecnologia da informação, etc.*   1. ( ) 10 anos no setor público em área conexa ao cargo para o qual foi indicado em função de direção superior;   *Experiência em área conexa para a qual foi indicado o candidato significa o exercício prévio de atribuições semelhantes ou equivalentes a que está sendo designado em função de direção superior. De acordo com entendimentos da área jurídica do Ministério da Economia, a função de direção superior no setor púbico deve ser interpretada como qualquer cargo em comissão ou função de confiança exercidos dentre aqueles listados como Cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) ou Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), devendo-se considerar, inclusive, o exercício de cargos e funções a eles equivalentes no âmbito dos demais Poderes (Legislativo e Judiciário) ou mesmo no âmbito dos demais entes políticos nacionais (Estados, Municípios e Distrito Federal), justamente porque o exercício de cargo comissionados ou função de confiança corresponde à prática de atribuições de chefia na seara pública.*   1. ( ) 10 anos no setor privado em área conexa ao cargo para o qual foi indicado em função de direção superior;   *Experiência em área conexa para a qual foi indicado o candidato significa o exercício prévio de atribuições semelhantes ou equivalentes a que está sendo designado em função de direção superior. De acordo com entendimentos da área jurídica do Ministério da Economia, a função de direção superior no setor privado deve ser interpretada como qualquer função de chefia.*   1. ( ) 04 anos em cargo de direção (conselho de administração, diretoria ou comitê de auditoria) em empresa de porte ou objeto semelhante ao da estatal;\*\* 2. ( ) 04 anos em chefia superior (dois níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa) em empresa de porte ou objeto semelhante ao da estatal;\*\* 3. ( ) 04 anos em cargo equivalente a DAS-4 ou superior em pessoa jurídica de direito público interno; 4. ( ) 04 anos como docente ou pesquisador, de nível superior, na área de atuação da estatal; 5. ( ) 04 anos como profissional liberal em atividade vinculada à área de atuação da estatal.   *\* Apresentar como documentos comprobatórios (itens “a”-“h”):*   * *Atos de nomeação e de exoneração (de preferência, extrato do SIAPE com a contagem efetiva de exercício);* * *Declaração da empresa/órgão/instituição;* * *Registros em carteira de trabalho;* * *Outros comprovantes de efetivo exercício como profissional liberal.*   *\*\* Adicionalmente, para os* ***itens “d” e “e”****, demonstrar que a empresa na qual atuou é de porte ou objeto semelhante ao da estatal. E, para o* ***item “e”****, comprovar ainda que a chefia superior ocupada se situa nos dois níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa.* |
| 18. Da opção assinalada no item 17, descreva a experiência mais aderente ao cargo de administrador:\*    *\*Indicar só a principal. Exemplos: a) empregado; b) superintendente; c) coordenador-geral; d) professor de economia; e) advogado* |
| 19. Possui notório conhecimento compatível com o cargo para o qual foi indicado? (Art. 28 do Decreto 8.945/16)\*  ( ) Sim ( ) Não  \* *Apresentar como documentos comprobatórios:*   * *Cópia do diploma de pós-graduação, Mestrado ou Doutorado (frente e verso);* * *Declaração de realização de cursos;* * *Artigo(s) publicado(s);* * *Declaração da empresa/órgão de trabalhos profissionais desenvolvidos.* |
| 20. Qual é o elemento mais aderente para indicar seu notório conhecimento compatível com o cargo de administrador?\*  \* O notório conhecimento pode ser reconhecido, a título exemplificativo, com as seguintes formações ou experiências: a) Pós-graduação, Mestrado ou Doutorado compatíveis com o cargo para o qual foi indicado; ou b) artigos publicados, trabalhos profissionais desenvolvidos compatíveis com o cargo para o qual foi indicado; ou c) Cursos de extensão compatíveis com o cargo para o qual foi indicado. |
| 21. É residente e domiciliado no Brasil? ( ) Sim ( ) Não |
| 22. Cumpre as exigências do Estatuto Social do Serpro, que foi lido e verificado?  ( ) Sim ( ) Não |

**C. VEDAÇÕES E IMPEDIMENTOS**

|  |  |
| --- | --- |
| **23. Decreto 8.945/16, art. 29, incisos I a X** | **Se enquadra?** |
| I - é representante do órgão regulador ao qual a empresa está sujeita? | ( ) Sim ( ) Não |
| II - é Ministro de Estado, Secretário Estadual ou Secretário Municipal? | ( ) Sim ( ) Não |
| III - é titular de cargo em comissão na administração pública federal, direta ou indireta, sem vínculo permanente com o serviço público? (aplica-se a servidor ou ao empregado público aposentado que seja titular de cargo em comissão da administração pública federal direta ou indireta) | ( ) Sim ( ) Não |
| IV - é dirigente estatutário de partido político, ainda que licenciado? | ( ) Sim ( ) Não |
| V - é titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente federativo, ainda que licenciado? | ( ) Sim ( ) Não |
| VI - é parente consanguíneo ou afim até o terceiro grau das pessoas mencionadas nos incisos I a V? | ( ) Sim ( ) Não |
| VII - é pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político? | ( ) Sim ( ) Não |
| VIII - é pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, em trabalho vinculado à organização, à estruturação e à realização de campanha eleitoral? | ( ) Sim ( ) Não |
| IX - é pessoa que exerça cargo em organização sindical? | ( ) Sim ( ) Não |
| X - é pessoa física que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com a União ou com o Serpro nos três anos anteriores à data de sua nomeação? | ( ) Sim ( ) Não |
| **24. Lei Complementar nº 64/1990, art. 1º - I: Ficha limpa** | **Se enquadra?** |
| a) é pessoa inalistável ou analfabeto? | ( ) Sim ( ) Não |
| b) é membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que haja perdido o respectivo mandato por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foi eleito e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura? | ( ) Sim ( ) Não |
| c) foi Governador ou Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal ou Prefeito ou Vice-Prefeito que perdeu seu cargo eletivo por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenha sido eleito? | ( ) Sim ( ) Não |
| d) tem contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorre ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes? | ( ) Sim ( ) Não |
| e) foi condenado criminalmente, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, por qualquer dos crimes abaixo?  *1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; 2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; 3. contra o meio ambiente e a saúde pública; 4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; 5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; 6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; 7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; 8. de redução à condição análoga à de escravo; 9. contra a vida e a dignidade sexual; e 10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.* | ( ) Sim ( ) Não |
| f) foi declarado indigno do oficialato, ou com ele incompatível, pelo prazo de 8 (oito) anos? | ( ) Sim ( ) Não |
| g) teve suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição? | ( ) Sim ( ) Não |
| h) foi detentor de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiou a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes? | ( ) Sim ( ) Não |
| i) exerceu cargo ou função de direção, administração ou representação em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro que tenham sido ou estejam sendo objeto processo de liquidação judicial ou extrajudicial, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação? | ( ) Sim ( ) Não |
| j) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição? | ( ) Sim ( ) Não |
| k) foi Presidente da República, o Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito, membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa, das Câmaras Municipais, que renunciou a seu mandato desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura? | ( ) Sim ( ) Não |
| l) foi condenado à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena? | ( ) Sim ( ) Não |
| m) foi excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário? | ( ) Sim ( ) Não |
| n) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de ter desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude? | ( ) Sim ( ) Não |
| o) foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário? | ( ) Sim ( ) Não |
| p) é pessoa física e ou dirigente de pessoa jurídica responsável por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão? | ( ) Sim ( ) Não |
| q) é magistrado ou membro do Ministério Público que foi aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenha perdido o cargo por sentença ou que tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos? | ( ) Sim ( ) Não |
| **25. Lei 6.404/76, art. 147: Lei Societária** | **Se enquadra?** |
| § 1º - é pessoa impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos? | ( ) Sim ( ) Não |
| § 2º - é pessoa declarada inabilitada por ato da Comissão de Valores Mobiliários?\*  *\* Site da CVM, no link de Atuação Sancionadora - Pesquisa Avançada* | ( ) Sim ( ) Não |
| § 3º (...): I - ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal? | ( ) Sim ( ) Não |
| § 3º (...): II - tem interesse conflitante com a empresa? | ( ) Sim ( ) Não |
| **26. Estatuto Social do Serpro e Tribunal de Contas da União (TCU):** | **Se enquadra?** |
| a) se enquadra em qualquer vedação prevista no Estatuto Social do Serpro? | ( ) Sim ( ) Não |
| b) se enquadra na relação de inabilitados pelo TCU?\*  *\* Site do TCU, consulta Responsabilização pública (Inabilitados para função pública, Licitantes inidôneos e Responsáveis com contas julgadas irregulares)* | ( ) Sim ( ) Não |
| **D. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES – Conselheiro de Administração representante dos empregados** | |
| 27. É ascendente, descendente, parente colateral ou afim, até o terceiro grau, cônjuge, companheiro ou sócio de qualquer um dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou do Comitê de Auditoria do Serpro, nos termos da Portaria MPOG nº 26, de 11 de março de 2011, art. 13? | ( ) Sim ( ) Não |
| 28. Obteve resultado final igual ou superior a 80,00 na Avaliação de Competências e na Avaliação de Resultados do último ciclo do Gerenciamento do Desempenho dos Empregados do Serpro (GDES)? | ( ) Sim ( ) Não |
| 29. Está respondendo a procedimento correcional e/ou possui penalidade disciplinar ou de censura ética vigente na data de publicação do Edital de abertura do processo eleitoral, durante a execução do processo eleitoral e até a divulgação do resultado final da eleição? | ( ) Sim ( ) Não |
| 30. É ocupante de cargo em comissão de livre designação ou destituição a que se refere o Plano de Funções e de Cargos em Comissão do Serpro? | ( ) Sim ( ) Não |
| 31. É integrante do quadro de pessoal do Serpro? | ( ) Sim ( ) Não |
| 32. É integrante da Comissão Eleitoral responsável por conduzir o Processo de eleição do representante dos empregados no Conselho de Administração? | ( ) Sim ( ) Não |

|  |  |
| --- | --- |
| **33. Avaliação de desempenho e treinamentos específicos em caso de recondução**  **(somente para o candidato que estiver concorrendo à reeleição):** | |
| a) Participou, na posse e anualmente, dos treinamentos específicos disponibilizados direta ou indiretamente pelo Serpro, nos termos do art. 55 do Regulamento? | ( ) Sim ( ) Não |
| b) Participou de algum treinamento anual disponibilizado pelo Serpro nos últimos 2 (dois) anos, nos termos do art. 55, § único, do Regulamento? | ( ) Sim ( ) Não |
| c) Obteve desempenho satisfatório no último Processo de Avaliação de Desempenho dos Administradores – membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva? | ( ) Sim ( ) Não |

**Tenho conhecimento** que configuram conflito de interesse no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal as situações abaixo, constantes do art. 5º da Lei 12.813/13:

1. divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiro, obtida em razão das atividades exercidas;
2. exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe;
3. exercer, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego, considerando-se como tal, inclusive, a atividade desenvolvida em áreas ou matérias correlatas;
4. atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados nos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
5. praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão;
6. receber presente de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento; e
7. prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada, fiscalizada ou regulada pelo ente ao qual o agente público está vinculado.

**Ciente das possíveis penalidades cíveis, administrativas e penais**, que eventuais declarações falsas podem acarretar, afirmo que as informações prestadas e os comprovantes anexos são exatos, verdadeiros e sem rasuras de qualquer espécie, podendo ser utilizados pelo Comitê de Elegibilidade do Serpro.

Brasília, (dd) de (mm) de (aaaa)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Nome e assinatura do(a) indicado(a)**

**DOCUMENTOS A ANEXAR**

|  |  |
| --- | --- |
| **Orientações gerais:**   1. Esse cadastro deve ser assinado digitalmente, escaneado em arquivo único junto com toda a documentação comprobatória informada nos itens **15, 17, 19, 28, 29, 31 e 33.** 2. O candidato está ciente da necessidade de anexar ao presente cadastro os respectivos documentos que atestam o atendimento dos itens **15, 17, 19, 28, 29, 31 e 33,** quais sejam: | |
| **Item** | **Meio de comprovação** |
| 15. Formação acadêmica mais aderente ao cargo de Conselheiro de Administração da empresa para a qual foi indicado. | -Cópia do diploma de graduação (frente e verso); e/ou  -Cópia do certificado de pós-graduação (frente e verso) |
| **17. Experiência mais aderente ao cargo de administrador da empresa para a qual foi indicado**. | |
| a) Experiência mínima de 10 anos na área de atuação da estatal ou em área conexa ao cargo para o qual foi indicado. | -Ato de nomeação e de exoneração, se houver; ou  -Declaração da empresa/órgão; ou  -Registro em carteira de trabalho. |
| b) Experiência mínima 04 anos em cargo de direção (Conselho de Administração, Diretoria ou Comitê de Auditoria) ou chefia superior (dois níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa) em empresa de porte ou objeto semelhante ao da estatal. | -Ato de nomeação e de exoneração, se houver; ou  -Declaração da empresa/órgão; ou  -Registro em carteira de trabalho. |
| c) Experiência mínima 04 anos em cargo equivalente a DAS-4 ou superior no setor público. | -Ato de nomeação e de exoneração |
| d) Experiência mínima 04 anos como docente ou pesquisador, de nível superior, na área de atuação da estatal. | -Registro em carteira de trabalho; ou  -Declaração da instituição. |
| e) Experiência mínima 04 anos como profissional liberal em atividade vinculada à área de atuação da estatal. | -Declaração de Conselhos Regionais; ou  -Declaração de prestadores de serviços; ou  -Declarações congêneres. |
| 19. Notório conhecimento compatível com o cargo para o qual foi indicado.  Exemplos: a) qualquer Mestrado ou Doutorado; b) publicações acadêmicas; c) experiência acumulada em conselhos | -Cópia do diploma (frente e verso); ou  -Ato de nomeação e de exoneração, se houver; ou  -Registro em carteira de trabalho; ou  -Declaração da empresa/órgão. |
| 28. Resultado final igual ou superior a 80,00 na Avaliação de Competências e na Avaliação de Resultados do último ciclo do Gerenciamento do Desempenho dos Empregados do Serpro (GDES). | -Emitir, em formato PDF, a tela do Resultado Final do último ciclo de avaliação de desempenho concluído, no Sistema de Gerenciamento do Desempenho dos Empregados do Serpro (SGDES) ([https://solucoes.corporativo.serpro/gp/gdes/#/home](https://solucoes.corporativo.serpro/gp/gdes/" \l "/home)). |
| 29. Respondendo a procedimento correcional e/ou possui penalidade disciplinar ou de censura ética vigente na data de publicação do Edital de abertura do processo eleitoral, durante a execução do processo eleitoral e até a divulgação do resultado final da eleição. | Essa informação exigida será apurada pela Comissão Eleitoral junto à Corregedoria e à Comissão de Ética do Serpro. |
| 31. Integrante do quadro de pessoal do Serpro. | -Registro em carteira de trabalho; ou  -Declaração emitida pelo Órgão local de Gestão de Pessoas (OLGP) |
| **33. Avaliação de desempenho e treinamentos (somente para o candidato que estiver concorrendo à reeleição):** | |
| a) Participação em treinamentos, na posse e anualmente, disponibilizados direta ou indiretamente pelo Serpro, nos termos do art. 55 do Regulamento. | -Cópia da ata de reunião em que foi realizado do treinamento ou de qualquer outro documento que ateste a realização dos treinamentos. |
| b) Participação em treinamento anual disponibilizado pelo Serpro nos últimos 2 (dois) anos, nos termos do art. 55, § único, do Regulamento. | -Cópia da ata de reunião em que foi realizado do treinamento ou de qualquer outro documento que ateste a realização dos treinamentos. |
| c) Resultado satisfatório no último Processo de Avaliação de Desempenho dos Administradores – membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. | -Cópia do formulário de avaliação de desempenho devidamente assinado. |